

Resenhar um texto - aliás, vários - que trabalha no sentido da multiplicidade, da polissemia, que pede, e quase impõe, a proliferação, é no mínimo estranho. Estranhamento provocado/deliberadamente aceito, pois trata-se de um convite às vertentes que se abrem a um outro tempo. Caminho também instigante levando-se em conta a beleza e vitalidade de seus movimentos.

Para lhe ser fiel, deixá-lo falar em sua própria poesia, seus muitos sons, e não laminá-lo em compreensões totalizantes, redutoras de suas potencialidades. Esta é também a proposta do autor, ao levantar questões acerca de alguns acontecimentos, de modo a atravessá-los transversalmente e, em sua quase explosão, fazê-los operar na criação de novas realidades. Cenas do cotidiano, onde o jogo entre o revelado e o que está por vir assume grande vigor, num trabalho sem trégua contra a homogeneização de nossos espaços - tempos. Pensá-los, inflexioná-los, fazê-los desdobrar-se para além da linearidade cronológica e pulsional e, através de momentos disruptivos, expô-los a veredas de sua própria e intempéstiva natureza.

Como se dão estes processos de homogeneização? Que mecanismos produzem? Que diferenças vêm pulverizar? O que se expurga nesses processos?

Na tradição de pensadores como Foucault, Virilio, Blanchot, Deleuze e Guattari, entre outros, à qual esse livro vem se somar, o que se quer afirmar? E, crítica frequente, cultivar espaços - tempos distintos teria a ver com a ideologia neoliberal tão em voga?

Essas são algumas questões que percorrem esse ensaio e que, por sua intensa brevidade, ora produzem campos de rica densidade, ora se inscrevem em ritmo mais provocativo.

Comecemos com uma citação que o autor faz de Giorgio Agamben, "um discreto estudioso de Walter Benjamin": "A toda concepção de história está associada uma certa experiência do tempo, e

Ao invisível, um lugar na pólis

Resenha de *A Nau do tempo rei*,
de Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro,
Imago, 1993, 130 p.

não há cultura nova sem transformação dessa experiência. Por isso, o primeiro objetivo de uma verdadeira revolução não é jamais mudar o mundo, pura e simplesmente, mas também, e sobretudo, mudar o tempo."

É através da loucura, de sua potência disruptiva e expressiva em nossa cultura, e das experiências cravadas sobretudo por psicóticos numa certa vontade de pensar e se desdobrar, que o autor evoca, questiona e propõe vivências diversas de tempos e espaços diferentes.

Nesse caminhar, ao longo dos cinco primeiros ensaios agrupados sob o título *Tempos dos anjos*, discutem-se questões tais como devir, origem do tempo e suas forças, o invisível, buracos temporais, barricadas contra o tempo, o intempéstivo, diferença entre história e devir etc. De tudo isso, suas articulações, cheguemos um pouco mais perto.

No primeiro ensaio o autor evoca os anjos do filme *Asas do Desejo*, de Wim Wenders. Estes perambulam pela cidades, observam, espreitam, insuflam diferentes vibrações e em sua imortalidade têm inveja dos homens, de sua finitude, de sua possibilidade de experimentar "a eternidade cravada na fugacidade de um devir". Aos primeiros, "eternidade", tédio. e cárcere. Aos de carne e osso, seus limites, seus desejos, asas para um devir - anjo.

A fixidez do tempo dos anjos

é também aquela do tempo da loucura. "Pois há na loucura um sofrimento que é da ordem da desencarnação, da atemporalidade de uma existência sem concretude (ou com excesso de concretude), a dor maior de ter expurgado o devir e estar condenado a testemunhar com inveja silenciosa a encarnação alheia."

Mas, terapeutas de psicóticos, o que pretendemos ao ajudar a encarná-los? "Nesta entropia subjetiva e social" em que vivemos, "o que significa: merecem ser reconduzidos à condição de mortais, para aí sim poderem constituir um devir-anjo?" E o autor continua: "Seria preciso engravidar o real com virtualidades desconhecidas de devir - anjo... fazer proliferar o real para além da mortalidade mortífera que nos é proposta..."

"E os modelos teóricos, como têm podido multiplicar formas de conexão, de linguagens, de abordagem? Esses não funcionam muitas vezes no sentido de aprisionar as virtualidade? É preciso injetar-lhes a precariedade que lhes é intrínseca" e, em perspectiva, perguntarmo-nos

mais e mais que tipo de saúde nelas se engendra.

De um ensaio para outro, várias questões são retomadas e matizadas num crescendo bastante fecundo.

"A Nau do tempo rei" é um veemente e sensível alerta contra a homogeneização de nossos espaços - tempos. No início, através da tradição talmúdica, o autor chama a atenção para um "Gênesis sempre inconcluso", uma incerteza originária, um desejo e uma necessidade de gestação, portanto, necessidade de tempo.

Na psicose, destroços, caos e a necessidade de se oferecer "dispositivos diversos para favorecer-lhe a consistência e a sobrevivência".

"O curioso é que no trato com a loucura (o psicótico situa-se numa espécie de ponto de horror, anterior mesmo a uma temporalidade), precisamos dar um tempo que nós mesmos não temos... O ideal tecnocientífico contemporâneo consiste em absolutizar a velocidade a ponto de dispensar o próprio movimento no espaço, anulando assim não só a geografia e o tempo de duração desse deslocamento, mas a própria idéia de espaço, de tempo e de duração." E o autor, evocando F. Lyotard, diz que o sentido disso tudo é neutralizar o acontecimento, a dimensão imprevista do futuro, presentificando-o como um já dado. Continua: "O desafio é propiciar as condições para um tempo não-controlável, não-programável, que possa trazer o acontecimento... não libertar-se do tempo, como quer a tecnociência, mas libertar o tempo, devolver-lhe a potência do começo, a possibilidade do impossível, o surgimento do insurgente."

Pelbart segue retomando os estudos de Foucault e Virilio: a produção de poder através de mecanismos de exclusão, reclusão em instituições totais para o primeiro e o "controle dos corpos no tempo" para o segundo. A cronopolítica hegemônica exige a aceleração e paradoxalmente impõe a inércia; a

loucura, o pensamento, as artes pedem a desaceleração.

"Seria preciso um outro regime de temporalidade que restituísse ao homem sua condição de habitante do tempo", o autor cita Virilio e evoca "um tempo não-especializado, mais próximo da duração bergsoniana, com instantes que não são pontos numa sequência de pontos formando uma linha do tempo, porém instantes intensivos, gordos".

Chegamos ao terceiro ensaio, "A Ecologia do invisível". Quatro momentos são apontados, por diferentes relações com o invisível: o "invisível imanente" das culturas primitivas, habitando a Terra; o "invisível transcendente" das religiões monoteístas e das formações bárbaras despóticas; o "invisível subjetivo", o do domínio do psiquismo; e finalmente ao que estaríamos assistindo, uma tendência ao aniquilamento progressivo do invisível através da visibilidade total, onde o império da imagem, "sua profusão infinita", mostra tudo.

Em séculos de captura, por onde resgatar essa "camada intensiva, singular grávido de expressões, singularizações, autopoiesis, etc". E acrescenta: "o invisível não é da ordem da linguagem, da imagem nem do imaginário; parte da realidade e da cidade, ou para sermos mais espinosistas, da ordem da Natureza", de onde rompe o intempetivo.

"O invisível... atravessa as coisas como essa textura ou nervadura virtual que, uma vez atualizada, as redistribui, provocando nelas desmembramento, decomposições, recomposições, bifurcações, processualidades, derivações, universos inéditos. Esta é uma operação estética filosófica, clínica, mas também eminentemente política, pela simples razão que esse invisível é imanente às grandes máquinas técnicas e sociais."

Nesses três primeiros ensaios, fui acompanhando mais de perto os meandros dos textos, no sentido de compartilhar um pouco de suas tramas e sabores. Dado o espaço aqui proposto, isto fica revertido em convite à

leitura, em seu tempo necessário, não sem antes deixar indicadas algumas outras questões e considerações.

No quarto ensaio, ao apresentar um caso clínico de acompanhamento terapêutico, o autor retoma algumas questões anteriormente apresentadas e acaba por se perguntar: "Uma cidade é, por excelência, o espaço de regulação e ordenação dos fluxos... Como conseguir que um Lászlo (paciente em questão), na sua insubordinação contra o sentido e a velocidade habitual desses fluxos, não só sobreviva, mas também manifeste sua densidade singular?"

Em "Os Anjos de Swedeborg" conhecemos um outro tipo de anjo: "Serem que não conhecem nem o espaço nem o tempo, que só conhecem estados e modificações de estados..., por exemplo, se sentem desejo por alguém, imediatamente lhe ficam visíveis, pois se colocam através desse desejo em seu estado."

A partir disso, o autor, referendando Deleuze e Guattari, trabalha a distinção entre tempo da história (o tempo e sua continuidade), e tempo do devir (estados e modificações de estados).

A cena tomada: passeata pelo impeachment de Collor: pessoas nas ruas, todas de negro, veias das cidades imersas em tempos imemoriais e tantos devires. Um acontecimento onde a prática da interrupção do tempo numa festa de estados (invenção de novas cenas) rompe os rumos da história. Há o que escapa à história e é justamente aí, momento intempetivo, que se engendra o nascente.

Nos dois ensaios seguintes, agrupados sob o título de "Manicômio mental", o autor traz algumas questões fundamentais, das quais deixo uma indicada: o surgimento da loucura enquanto fato social já teria representado o encobrimento da desrazão. "Enquanto a cidade trancafiava os desarrazoados, o pensador racional (Descartes)

trancafiava a desrazão. Esta entendida como dimensão essencial da nossa cultura: a estranheza, a ameaça, a alteridade radical, tudo aquilo que a civilização enxerga como seu limite, o seu contrário, o seu outro, o seu além."

Nesse momento onde se discute a extinção dos manicômios, lembra-nos o autor: "Libertar o pensamento dessa racionalidade hegemônica e carcerária é tarefa tão urgente quanto libertar nossas sociedades dos manicômios."

Ao longo desses ensaios, percorrendo caminhos transversais a diferentes expressões de nosso tempo, Pelbart nos oferece balizas para pensar a clínica e a teoria psicanalítica trespassadas pelas questões da pólis. Ressaltando a necessidade de guerrear tendências é não mais fatos, apresentando dispositivos para trabalhar o descolamento de certos conceitos sobre certas coisas, ou seja, a liberação de forças disruptivas dos campos de conceitualização reiterativos.

Por fim, uma questão que salta do texto - um texto que se propõe, em certa medida, a pensar também questões da clínica - é, para mim, aquela da articulação entre tempo do devir e tempo da história. Sim, o autor afirma: "o tempo do devir não provém da história", e faz várias considerações conseqüentes. Mas insisto. O que se tece no tempo do devir, "que não é tempo mas algo como a produção de velocidades e lentidões", por sua extrema beleza, corre o risco de fascínio e, portanto, do resvalamento frente a questões do campo da subjetividade que por vezes se impõem.

Entendo que, levando-se em conta a maneira como nossa subjetividade está constituída, tempo do devir e tempo da história são dois tempos que se permeiam, se entrelaçam, e é necessário traba-

lhosos (ou fazermos trabalhar), com igual intensidade, questões que se amalgamam no tempo da história. Operá-los sem que um seja capturado pelo outro mas, ao contrário, que se potencializem na intensificação dos processos de singularização.

Pergunto-me, e isso já seria uma segunda questão, se um caminho possível não seria trabalhar em tais processos, marcas de um certo estranhamento, uma certa estranheza - que por vezes surpreende, justamente por íntima familiaridade - a ser resgatada e recriada, continuamente, na multiplicação de universos existenciais. Potenciais pontos de extravasamento do tempo da história para o tempo do devir, na superação do que o autor chama de "violência binária: ter sempre que optar seja por um precipício abissal - a clausura do fora -, seja pelo suave paraíso asséptico de uma estranha saúde".

A questão com que o autor fica, citando Toni Negri, é: "Qual política pode prolongar na história o esplendor do acontecimento e da subjetividade?" E, para sustentar, ainda que sob o risco de desatino, as propostas básicas de todo o texto, não seria preciso perguntar-se, *com a mesma intensidade*, como trabalhar a história para que seja mais e mais permeável ao que a chama e ao que lhe escapa?

Ao final, em "Um direito ao silêncio", o autor faz uma belíssima homenagem a F. Guattari. Com o intenso afeto e lucidez, retoma no campo da filosofia seus pontos de partida, e em suas propostas algumas estratégias, sua vida - universos criados. Assim, o texto termina, com todo o direito, em silêncio. Silêncio prenehe.

Maria de Lourdes Caleiro Costa -
psicanalista, membro do
Departamento de Psicanálise do
Instituto Sedes Sapientiae.